

JUVENTUDES: conceito de características e complexidades históricas, culturais, sociais e políticas

Marco Antônio Oliveira Lima¹

RESUMO: É lugar comum o fato de considerar a juventude enquanto conceito de temporalidade singular e universal no sentido de atribuir ao referido, características etárias vinculadas à idade que refletem classificações de cunho biológico e psicológico. Nesta perspectiva, há uma espécie de desconsideração da juventude enquanto constructo social e cultural que se manifesta na história e que influencia e é influenciada de maneira dialética pelos contextos onde se dão, se materializam. Falando por esta ótica, abrem-se demais vias de análises capazes de proporcionar reflexões que consideram o conceito de juventude no plural e de forma heterogênea, ou seja, juventudes com interesses, demandas e direitos específicos de seu tempo de vida (educação, saúde, lazer, trabalho, etc); que não se descontextualizam do compromisso político do Estado e Nação com tal público.

Palavras-chave: Constructo sociocultural. Dialética. Juventudes. Direitos. Estado e Nação.

ABSTRACT: It is commonplace to consider youth as a concept of singular and universal temporality in the sense of attributing age-related characteristics to the aforementioned that reflect classifications of a biological and psychological nature. In this perspective, there is a kind of disregard for youth as a social and cultural construct that manifests itself in history and that influences and is influenced in a dialectical way by the contexts in which they occur and materialize. Speaking from this perspective, other ways of analysis are considered capable of providing reflections that consider the concept of youth in a plural and heterogeneous way, that is, youth with specific interests, demands and rights of their lifetime (education, health, leisure, work, etc), that are not decontextualized from the political commitment of the State and Nation with such audiences.

Keywords: Sociocultural construct. Dialectic. Youths. Rights. State and Nation.

INTRODUÇÃO

Ao se falar em juventude, não é possível desconsiderar elementos de cunho histórico, cultural, político e social que perpassam de maneira transversal o referido conceito. Assim, é inegável o fato de que a juventude não é unicamente um conceito singular² e universal, mas sim e por outro lado um constructo plural e heterogêneo

¹ Doutorando em Educação no PPGE da Pontifícia Universidade Católica de Goiás/PUCGO. Membro do Grupo de Estudo Teoria Crítica Frankfurtiana. Professor de Educação Física no Instituto Federal de Goiás - Campus Águas Lindas de Goiás. Possui como interesse de pesquisa temas vinculados às juventudes. E-mail: marcobasquetebol@gmail.com

² A palavra singular poderá assumir diferentes significados a depender do contexto em que ela está inserida. Tem-se a clareza de que singular pode-se referir à experiência do particular que não se repete em demais momentos, locais, espaços, etc. A ideia aqui exposta é a de que as juventudes sejam vistas em suas múltiplas facetas, manifestações e materializações, fato que impedem generalizações e universalizações desta fase da vida. No presente texto, tem-se também a clareza da linha tênue, da tensão gramatical, polissêmica, presente

influenciado e que também influencia de maneira dialética os contextos onde se manifesta. A partir desta perspectiva, é preciso considerar que ao invés de juventude no singular, temos juventudes no plural com interesses marcadamente conectados aos contextos históricos, culturais e políticos onde se manifestam, se materializam. Por esta via, as juventudes para além de um período etário, biológico e psicológico que prepara para a vida adulta, podem ser tidas ao contrário, ou seja, não enquanto possibilidades para o futuro e sim enquanto presente que com suas demandas sociais; educação, saúde, lazer e também formação para o mundo do trabalho; pretendem ser ouvidas, com o intuito de acessarem seus direitos que são o resultado de políticas públicas de Estado e não unicamente a materialização de seus esforços individuais.

DA JUVENTUDE BIOPSIOLÓGICA DO FUTURO ÀS JUVENTUDES SÓCIO-CULTURAIS DO PRESENTE

Ao se falar em juventude é preciso levar-se em conta uma série de definições em que se tem o objetivo de delimitar conceitualmente este termo, que é a expressão de determinadas formas de ser, agir e estar típicas dos jovens que se encontram na mencionada fase da vida, sendo a juventude. Entre os documentos de caráter teórico em que se podem identificar tentativas de delimitação conceitual no que se refere à juventude, encontra-se no *Estatuto da Juventude* uma das várias tentativas para realizar tal delimitação. O Estatuto da Juventude é uma espécie de documento, que tem o objetivo de apresentar bem como defender os direitos e também as políticas públicas destinadas à juventude. Devido a este fato, encontra-se no mesmo, sobretudo em seu *Capítulo 1*, passagens em que se podem identificar o entendimento conceitual que o Brasil, enquanto estado/nação, possui acerca da juventude.

Art. 1º Esta lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o

no vocábulo singular, haja vista que no universo das multiplicidades juvenis há o caráter da singularidade que torna a experiência dos jovens única, a partir dos elementos culturais, sociais e políticos dos diferentes contextos em que se constituem. Desta forma, os sentidos da vida e os significados da existência para um jovem urbano, da periferia (marcado pelas contradições excludentes das metrópoles) se diferem daqueles de um jovem camponês (que busca a reforma agrária). Entretanto, se aproximam, pois são jovens da classe trabalhadora que lutam por uma sociedade justa, coletiva, igualitária e emancipada do ponto de vista da economia, da formação crítica e das relações sociais.

Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). § 1º Para os efeitos desta lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade [...] (BRASIL, 2013, p. 09).

Através da reflexão mencionada verifica-se que a juventude é compreendida unicamente por via biológica, vinculada à determinada faixa etária, possuindo início e bem como fim. Logo, é como se a juventude com toda a sua complexidade geracional fosse reduzida a transitoriedade de um período preparatório, que se findará com a chegada da fase adulta, marcada pela tão aguardada “maturidade e responsabilidade”. Contudo, cabe ressaltar que esta não é a única perspectiva capaz de delimitar uma compreensão conceitual acerca da juventude, pois assim como demais vocábulos a juventude também é marcada por uma polissemia que se vincula a paradigmas de humano, sociedade e mundo. Para tanto, os apontamentos de Duarte (2012) conseguem ilustrar, contribuir com a presente discussão:

A partir do exposto, podemos afirmar que a juventude, enquanto tempo de vida, é mediada pelas relações de poder construídas numa determinada realidade social, carregada de sentidos e significados que apenas a condição biológica ou as idades em si não são capazes de definir [...] (2012, p. 86).

Então, é possível compreender que tentativas de explicar a juventude, por uma ótica de cunho unicamente etário acaba por reduzir a complexidade conceitual da mesma, haja vista que por mais que existam elementos de ordem biológica que perpassam transversalmente a juventude, é no campo das relações sociais, da cultura que ela se constitui. Outra referência em que se vê certa preocupação em delimitar conceitualmente a juventude, tendo-se em vista a defesa dos interesses de tal público, é o acúmulo teórico, resultado das discussões realizadas e empreendidas na resolução adotada pela Assembleia Geral, da Organização das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 2013. Tal resolução delimita a seguinte compreensão conceitual sobre a juventude:

[...] o acesso à educação formal e não formal de qualidade, entre as quais, conforme necessário, reforço e alfabetização, inclusive em tecnologias da informação e comunicação para aqueles que não receberam educação formal; tecnologias da informação e comunicação, assim como voluntariado, são fatores importantes que possibilitam aos jovens adquirir conhecimentos relevantes e capacitação para a empregabilidade e o desenvolvimento empreendedor, bem como para conseguir trabalho digno e produtivo, e conclama os Estados-membros a tomar as providências

necessárias para garantir que os jovens tenham acesso a tais serviços e oportunidades; [...] (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 05).

Pelo que foi relatado acima, o citado documento apresenta uma compreensão de juventude vinculada ao mundo do trabalho, sobretudo ao potencial produtivo de tal grupo social. Contudo, vê-se também que tal potencial produtivo é marcado pela influencia do empreendedorismo, iniciativa de caráter neoliberal que ao defender a livre iniciativa dos indivíduos no que se refere ao campo da empregabilidade e dos postos de produção, desconsidera o papel do Estado e das políticas públicas, dentre elas aquelas destinadas à juventude, à sua formação para o mundo do trabalho. Aqui, sucesso e insucesso profissional é o resultado dos esforços individuais de cada sujeito no tocante a apresentarem determinada flexibilidade profissional que lhe garanta adaptabilidade às oscilações, às constantes mudanças do mercado. Tal fato acaba por desconsiderar contextos que possuem conexões mais amplas, vinculadas à estrutura de um sistema, no caso o capitalismo, que historicamente vem passando por crises econômicas que se refletem no campo financeiro, no poderio de consumo da população, no mundo do trabalho, dentre outros. A reflexão de Schmidt (2012) contribui de forma crítica com este debate:

Neste tempo de caos e descompasso, a mídia produz e coloca em circulação estratégias que seduzem os jovens para assumirem a responsabilidade por mudanças complexas como algo que depende simplesmente da iniciativa individual (2012, p. 204).

Portanto, ao discutir a juventude, sobretudo no que se refere à formação para o mundo do trabalho, não é possível desconsiderar a história enquanto categoria que, através das relações sociais, delimita formas, maneiras de o humano intervir na realidade material e concreta. E no atual contexto, o mundo do trabalho sofre inferências do sistema capitalista, modo de produção que orienta as relações econômicas, políticas e sociais no Ocidente e também no Oriente. Assim, ao fazer tal leitura de forma crítica, a questão do emprego ou do desemprego não pode ser unicamente o resultado do esforço individual do jovem, ao contrário, é a materialização de uma série de determinantes que se manifestam nas contradições do mundo do capital. Aqui; pelo fato de se detectar que tanto a conceituação da juventude unicamente pela via biológica, quanto pela consideração da

inserção da mesma no mercado de trabalho, através de certa formação profissional, pelo seu esforço individual, não conseguir abranger a complexidade de tal conceito, inserido em determinado contexto; é possível identificar a necessidade de ir à busca de demais referenciais que possam mediar criticamente o debate. Recorrendo a Cavalcante (2010), visualiza-se que ao se propor tratar da juventude é necessário levar em conta questões de perspectiva social que se conectam a elementos mais amplos, tais como o contexto inserido.

Destarte, a juventude é uma categoria em permanente construção social e histórica, variando no tempo, na mesma sociedade e segundo diversos efeitos globais dos fenômenos econômicos, sociais e culturais (2010, p. 53).

Pelo que foi apontado, identifica-se que a juventude para além de características de ordem biológica, psicológica e de faixa etária, que também devem ser consideradas, pode ser compreendida por um viés de dimensões sociais, que de acordo com cada contexto, apresenta características únicas, pois dialoga com a cultura. Neste diálogo com a cultura, que contribui para processos heterogêneos de juventude, é que se consegue contemplar demais possibilidades frente ao debate que objetiva compreender criticamente o conceito de juventude. Para tanto, Groppo (2013) realiza certo apontamento que consegue elucidar o que foi apresentado. Veja-se:

Uma concepção que se quer dialética das juventudes atuais concebe a realidade social, em seu todo, também como contraditória, palco de disputas, de conflitos, de projetos e ações que adquirem sentidos distintos e opostos entre si. O processo de modernização, que gestou em boa parte as sociedades contemporâneas, foi também o processo em que as instituições procuraram moldar as suas juventudes, em escolas, universidades, grupos juvenis controlados por Estados, partidos e igrejas, indústria cultural, marketing, propaganda etc (2013, p. 59).

A citação acima apresenta uma reflexão que permite apreender que a juventude, enquanto dado social influencia e é influenciada dialeticamente pelo contexto onde ela se dá, se forma, se constitui e materializa. Então, ao descobrir não haver neutralidade no que se refere ao conceito de juventude em relação a cada contexto onde a mesma se manifesta, se concretiza, é necessário ter a clareza de que a juventude é um constructo, uma construção social onde se passam, se dão lutas também sociais, tendo como objetivo o alcance da hegemonia no campo.

É também no âmbito das relações sociais que se pretende abordar a questão da juventude, evitando a adoção de uma concepção “naturalizante”, “universalizada” e “patologizante” de adolescência que oculta sua constituição social e histórica. É de um jovem concreto, circunstanciado, que se quer falar; ou melhor, foi a ele que se pretendeu ouvir (REIS, 2014, p. 18, grifos no original).

Em conjunto com o pensamento de Reis (2014), percebe-se que a juventude enquanto dado social, influencia e é influenciada pelo contexto cultural onde a mesma se dá e tais processos também são permeados pelo estabelecimento de fronteiras de ordem política. Diante do que foi dito, é praticamente impossível considerar a juventude apenas por um viés universal e naturalizante, que é biológico, etário. Haja vista que de contexto para contexto há diferentes manifestações daquilo que se pode expressar enquanto juventude. É o que Reguillo (2007) procura elucidar através de sua contribuição: “Definir al joven en términos socioculturales implica, en primer lugar, no conformarse con las delimitaciones biológicas, como la de la edad” (2007, p. 49). Tal fato permite ampliar a abrangência do conceito de juventude no singular para juventudes no plural. Uma vez que por mais que se tenham determinadas características físicas, biológicas e psicológicas que demarcam a referida fase da vida do humano, as mencionadas características acabam por serem vivenciadas de acordo com as especificidades dos contextos onde se manifestam, sejam eles no campo, nas cidades, nas tribos urbanas, no Brasil, ou em qualquer outro país. Nesta perspectiva, Dayrell (2007) contribui com o debate ao considerar o que se segue:

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (2007, p. 158-159).

E concomitante a isto, pelo fato das juventudes se configurarem também em espaços de disputas hegemônicas, que são políticas, é preciso levar-se em conta o fato de

que as mesmas em meio a tais disputas não de se posicionar haja vista serem os seus interesses, os seus direitos que estão em jogo. Tal fato traz as claras uma série de questões que podem ser colocadas em debate, dentre elas aquela, que sustentada no paradigma biológico e da faixa etária, identifica a juventude enquanto momento transitório que encerra seu ciclo com a chegada da vida adulta, momento este em que o indivíduo se realiza no campo profissional, intelectual, material e familiar. Contudo, uma vez que as juventudes, como mencionado anteriormente, se materializarem também em espaços de disputa, é inegável o papel político que os indivíduos, os jovens, inseridos nesta fase da vida, têm no que se refere à defesa de seus direitos. Para além de determinada transitoriedade em direção ao futuro, à vida adulta, é preciso considerar as juventudes no tempo presente, no agora, com demandas sociais específicas e de extrema importância. Ante ao exposto, Dayrell e Carrano (2004) consideram que:

A juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida [...] (2014, p. 111).

Tal fato abre perspectivas que permitem rever uma série de afirmações no tocante ao papel que tem sido reservado às juventudes junto à sociedade. É o que Spósito e Carrano (2007) procuram apresentar através da seguinte passagem. Veja-se:

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais” [...] (2007, p.183, grifos no original).

A partir da reflexão mencionada identifica-se que historicamente as juventudes vêm sendo tratadas enquanto problema social, haja vista sua “incapacidade” de ajustar-se a determinados comportamentos, a determinadas condutas que padronizam os indivíduos, que predeterminam a inserção dos sujeitos em cada contexto, que desconsideram o fenômeno da cultura. É por isso que Melucci (2007) procurando propor uma reflexão das juventudes que está para além da sua consideração enquanto patologia de cunho social, que se fundamenta em classificações de cunho biológico e psicológico, associadas à idade cronológica vai identificar que é pela cultura que se consegue mediar certo debate tendo em vista estabelecer diálogos frente ao desafio das juventudes e do papel destinado às

mesmas na contemporaneidade. “Na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é mais somente uma condição biológica, mas uma definição cultural” (2007, p. 36). Nesta linha de pensamento, mas partindo de outra concepção epistemológica Pierre Bourdieu (2003) se propõe a discutir as juventudes a partir de uma perspectiva que de maneira crítica também considera tal fase da vida enquanto uma categoria social e não biológica. É por isto que o referido autor propõe a seguinte reflexão:

[...] As classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem à qual cada um se deve ater, na qual cada um deve manter-se no seu lugar (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Através do exposto na passagem acima, percebe-se que para Pierre Bourdieu a idade, a cronologia, que determina tempo biológico de início e de fim acaba por instaurar limites às juventudes, limites estes que delimitam papéis, lugares, regras, comportamentos, dentre outros.

Na medida em que Pierre Bourdieu (2003) estabelece a citada reflexão é possível compreender que, pela via biológica e etária, tem-se uma espécie de classificação, que longe de ser neutra do ponto de vista político, ou mera coincidência linguística, é antes um meio de controle que simplifica o que é complexo, universaliza o que é heterogêneo, naturaliza e manipula o que é construído socialmente, neste caso as juventudes. Logo, a partir da reflexão abaixo, Pierre Bourdieu (2003), contribui para uma melhor elucidação, entendimento do que foi dito. Assim, ele colabora com a discussão ao afirmar que:

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação [...] (2003, p. 153).

Tal crítica é preciso ser feita haja vista que em cada contexto em que as juventudes se dão, se efetivam, se constroem, se tem especificidades de ordem histórica, cultural, sociológica e política que influenciam os processos que determinam na constituição das juventudes, mas que também recebem influências das referidas juventudes. Ante a este dado, fica evidente que é impossível ter-se juventude uniforme, universal, homogênea, ao contrário o que se tem são juventudes, no plural, com características, demandas e

interesses que não se desconectam de seu contexto de gênese, de origem. E dentre as demandas e interesses está o direito a educação Básica e Superior³, ao lazer, o acesso às produções culturais, a qualificação profissional e às políticas públicas de combate ao desemprego que lhes permitem o alcance do primeiro emprego e a inserção no mundo do trabalho, mas levando-se em conta as particularidades sociais, culturais e políticas da sua fase da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões e reflexões empreendidas no presente texto, fundamentadas nos autores e autoras outrora citados, dentre eles Bourdieu (2003), Dayrell (2007), Melucci (2007), Reguillo (2007), Spósito e Carrano (2007), Cavalcante (2010), Duarte (2012), Schmidt (2012), Groppo (2013), Dayrell e Carrano (2014), Reis (2014), foi possível constituir outra perspectiva acerca do conceito de juventudes. Tal conceito tem sido equivocadamente tratado unicamente pela via etária da idade biológica e da maturação psicológica, sobretudo em documentos oficiais de políticas públicas destinadas aos jovens, tais como o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Tal perspectiva aponta enquanto etapa de transição, de passagem para a vida adulta, época em que os indivíduos se “realizarão”, tendo em vista ser o momento social da existência, a vida adulta, em que os

³ As juventudes não se simplificam à mera etapa biológica, psicológica e etária. Os jovens, não são seres cujas vidas irão se realizar no futuro, quando se tornarem adultos. Ao contrário, as juventudes (fase da vida) e os jovens (indivíduos históricos) possuem demandas urgentes, querem dizer suas próprias palavras, serem ouvidos, além de se constituírem como autores e coautores da própria vida, uma vez que a formação se dá através de diferentes experiências e em múltiplos espaços educacionais. Dentre eles as escolas e as universidades. Uma vez participantes de maneira ativa, nos espaços destinados à formação intelectual, as juventudes poderiam contribuir de forma potente para um ensino aprendido que não se orientasse por viés de racionalidade instrumental, pragmática e técnica. Ao contrário, as experiências de vida dos jovens somariam para a criação de um ambiente mediado pela cultura, ética, estética e filosofia, contribuindo para a produção de conhecimento intelectual para a vida, emancipação, liberdade, autonomia e resistência. Se a arte é capaz de antever o que virá, ela também proporciona formação cultural – *Bildung* – que sensibiliza a vida, o conhecimento e a ciência em tempos de barbárie, tal como o atual momento em que a comunidade mundial, global, enfrenta a pior crise sanitária e pandêmica de sua história no planeta. Contribuí com o que foi falado a reflexão de Benjamin (2009) ao mencionar que: “[...] o estudantado deveria envolver essa universidade que transmite o acervo metodológico do conhecimento, acompanhado das tentativas ora cautelosas, ora ousadas e, contudo, exatas dos novos métodos; envolvê-la enquanto espaço de uma permanente revolução intelectual, onde os novos questionamentos se preparam de maneira mais abrangente do que as questões científicas [...]. O estudantado seria visto assim em sua função criativa, como o grande transformador com a missão de converter em questões científicas, através do posicionamento filosófico, as ideias que costumam despertar antes na arte e na vida social do que na ciência” (BENJAMIN, 2009, p. 41-42).

sujeitos alcançam à plena “maturidade” e suas “potencialidades” no campo da formação, do trabalho, das relações familiares, do acúmulo de bens, dentre outras.

Assim, pela ótica aqui tratada a juventude não é tida enquanto momento de transição e promessa para um futuro – incerto – por vir. Ao contrário a juventude é tida enquanto conceito que se manifesta no tempo presente, no agora. E devido a este fato, é preciso considerar a juventude no plural e de maneira heterogênea, o que é capaz de ampliar o conceito de juventude para juventudes com especificidades socioculturais que dialogam com as características éticas e estéticas de cada contexto. Tais especificidades coincidem com o acesso a seus direitos, educação, saúde, lazer, formação para o mundo do trabalho, no presente momento da história. Logo, ter a ciência desta demanda é também ter a clareza de que direitos sociais – dentre eles o acesso à formação que garanta um futuro trabalho – são questões de políticas públicas de Estado.

O que destoa da perspectiva apontada por documento das Nações Unidas (2014) que considera o conceito neoliberal do empreendedorismo uma das atitudes chaves, que os países participantes de tal associação internacional, deverão se comprometer em fomentar junto às juventudes no bojo das políticas voltadas à formação deste público para o mundo do trabalho. Contudo, como já mencionado, a posição política assumida no presente artigo, é a da defesa do acesso ao trabalho pela via da criação, implementação e o compromisso da continuidade/sequência, de políticas públicas de Estado que garantam determinada formação de mão de obra, para as juventudes, em diálogo com as especificidades sociais e culturais de sua fase da vida, que possa lhes direcionar ao mundo do trabalho em um futuro não muito distante; haja vista que trabalhar é uma categoria vinculada à plena realização dos indivíduos.

Por fim, é na leitura das juventudes enquanto fenômeno histórico, cultural, social e político, e na possibilidade do acesso aos seus direitos como resultado de políticas públicas de Estado que o presente artigo não se encerra, mas identifica e conclui ter aberto uma série de reflexões, canais para demais produções acadêmicas que ainda estão por vir. E que pretendam constituir, elaborar e construir debates/discussões para além do mero olhar, conceito biológico, psicológico e etário que simplifica, universaliza e desconsidera a heterogeneidade, a complexidade e a dinâmica existencial da fase da vida das juventudes, em que os jovens, indivíduos históricos, estão inseridos. Para tanto, parte desta

complexidade existencial se faz presente nos versos da música composta por Chorão et al. (2000) e citada abaixo. Veja-se:

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério, não é sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a sério [...]
Eu sempre quis falar nunca tive chance
E tudo que eu queria estava fora do meu alcance
Sim, já, Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um, cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar [...]

A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo o que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora 'to por conta
Pode crer que eu 'to no clima [...]

O que eu consigo ver é só um terço do problema
É o sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A juventude tem que estar a fim
Tem que se unir [...] (CHORÃO et al., 2000)⁴.

⁴ CHORÃO et al. Não é sério. In.: CHARLIE BROWN JR. **Álbum Nadando com os Tubarões**. Virgin Records, 2000.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. A vida dos estudantes. In.: **BENJAMIN, W.** Reflexões sobre a criança, o brincar e a educação. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009. p. 31-47.

BOURDIEU, P. A “juventude” é só uma palavra. In.: **BOURDIEU, P.** Questões de Sociologia. Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, LDA, Lisboa, 2003.

BRASIL. Estatuto da juventude: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e legislação correlata. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 37 p. – (Série legislação; n. 109) Atualizada em 27/8/2013 ISBN 978-85-402-0108-8 1.

CAVALCANTE, C. V. Jovens e estratégias educativas de apropriação dos espaços urbano e virtual. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

CHORÃO, et al. Não é sério. In.: **CHARLIE BROWN JR.** Álbum Nadando com os Tubarões. Virgin Records, 2000.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. In.: **FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R.** (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

_____; **CARRANO, P.** Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In.: **DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L.** (Orgs.). Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DUARTE, A. J. Jovens urbanos na periferia de Goiânia: espaços formativos e mediações escolares. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2012.

GROPPA, A. L. Juventudes e educação sociocomunitária: roteiros de investigação. In: EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 32, p. 51-66, set./dez. 2013.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In.: **FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R.** (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. 68/130. Políticas e programas envolvendo a juventude. In.: Resolução Adotada Pela Assembleia Geral em 18 de dezembro de 2013 [sobre o relatório da 30 Comitê (A/68/448)]. 68a sessão Item 27 (b) da pauta. 2014.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio: breve agenda para la discusión. In.: **FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R.** (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

REIS, R. R. dos. Juventude e Conhecimento Escolar: um estudo sobre o (Des)interesse. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Educação, 2014.

SCHMIDT, S. Discutindo a educação para o consumo em tempos de juventude líquida. In: Cadernos Zygmunt Bauman. ISSN 2236-4099. Vol. 2, num. 4, 2012.

SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In.: **FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R.** (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.